

Cenas de violência na tessitura entre imigrantes italianos e brasileiros no interior do Espírito Santo

Scenes of violence between Italian immigrants and Brazilians in the interior of Espírito Santo, Brazil

Maria Cristina Dadalto

Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Espírito Santo, Brasil

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir as relações conflituosas estabelecidas entre um grupo de imigrantes italianos e trabalhadores brasileiros no distrito de Barracão de Petrópolis, interior da então comarca de Santa Teresa, Espírito Santo, no final do século XIX, que resultaram em uma sequência de crimes. Como suporte analítico, utilizam-se o inquérito policial-criminal instaurado e as notícias publicadas em jornais da época. De acordo com as testemunhas do inquérito, na noite de 2 para 3 de novembro de 1897, foram assassinadas 11 pessoas e incendiados prédios públicos e residências. Os crimes teriam acontecido como uma reação dos brasileiros ao assassinato de um conhecido por um italiano. O caso foi encerrado sem culpabilidade definida.

Palavras-chave: Imigrantes italianos. Espírito Santo. Racismo. Conflito.

Abstract: This article aims at discussing conflicts between a group of Italian immigrants and Brazilian workers in the Barracão de Petrópolis district, in the former municipality of Santa Teresa, Espírito Santo, in the late nineteenth century. These conflicts resulted in a sequence of crimes. The analysis is based on police investigation and news published in newspapers of the time. According to witnesses interviewed by the police, eleven people were killed and public buildings and homes were set on fire in the night between the 2nd and the 3rd of November, 1897. The crimes would have occurred as a Brazilian reaction to the murder by an Italian of a well-known figure. The case was dismissed without charges.

Keywords: Italian immigrants. Espírito Santo. Racism. Conflict.

DADALTO, M. Cristina. Cenas de violência na tessitura entre imigrantes italianos e brasileiros no interior do Espírito Santo. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 12, n. 1, p. 189-200, jan.-abr. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000100011>.
Autora para correspondência: Maria Cristina Dadalto. Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenação de Ciências Sociais. Av. Fernando Ferrari, 514 – Goiabeiras. Vitória, ES, Brasil. CEP 29075-910 (maria.dadalto@ufes.br).

Recebido em 07/07/2016

Aprovado em 22/11/2016



INTRODUÇÃO

Os estertores do final do Dezenove, anunciando as transformações socioculturais, econômicas e políticas no porvir do novo século no Brasil, se faziam presentes por meio da violência física e simbólica no interior da então comarca de Santa Teresa, Espírito Santo. Agressões verbais, imposições e intimidações, canalizadas por imigrantes italianos e descendentes a trabalhadores brasileiros que por ali circulavam, conflagraram uma sequência de crimes com cenas de tocaias e assassinatos.

Na tessitura destes crimes, verificam-se tensões sociais alicerçadas em disputas de poder e discriminação racial – o conceito de raça está referido neste estudo como uma construção social que envolve características físicas e culturais (Guimarães, 2012) –, na qual um grupo de indivíduos, imigrantes italianos e descendentes, se autorrepresentava como detentor do direito de determinar o que era possível e o que não era permitido, além de definir quem poderia ou não circular no lugar. Em contraponto, segundo este grupo de imigrantes, brasileiros deveriam ser submissos ao que lhes fosse imposto como regra.

No epicentro da sequência destes crimes, aflorava a figura de dois homens: o mineiro José Calhau e o italiano Luiz Vivaldi. Tudo teria acontecido na virada da noite de 2 para 3 de novembro de 1897, no distrito de Barracão de Petrópolis, quando explodiram atos violentos, culminando em assassinatos de vários moradores e incêndios em domicílios e no cartório local. As motivações que sustentaram tais atos extremos, segundo os relatos das testemunhas do inquérito¹ constituído: desordem e impunidade. Nas entrelinhas dos relatos, entretanto, pode-se acrescentar discriminação e disputas diversas entre diferentes grupos de moradores.

Segundo Biasutti e Loss (1999), José Calhau era um mascate mineiro que atuava na região do distrito de

Barracão de Petrópolis. O capitão Luiz Vivaldi – assim conhecido por ter sido oficial da polícia italiana antes de emigrar para o Brasil – chegou a Barracão de Petrópolis no ano de 1890, e, lá assentado, instituiu um domínio de medo e de terror, marcado pela intolerância contra os pretos e os pardos que circulavam no local. Vivaldi, no entanto, advertem estes autores, também singularizava seu comportamento pelas más relações estabelecidas com os vizinhos e com as pessoas que trabalhavam para ele.

Entretanto, não se deve debitar apenas a este imigrante italiano o sentimento de racismo e a responsabilidade pelos fatos ocorridos. Suas ações e os comportamentos intolerantes encontravam ressonância e apoio tanto por parte de outros moradores da vila como das instituições. Isto porque, ao se considerar o ambiente em que estes personagens estavam inseridos, deve-se ter claro que participavam de uma comunidade, portanto, que compartilhavam trocas e conflitos entre si e também com representantes dos diversos outros grupos sociais e instituições.

Nesta direção, são elucidativos os estudos produzidos por Guimarães (2012), ao lançar um olhar à compreensão da sociedade brasileira e revelar a construção de um imaginário nacionalista, resultante da onda imigratória europeia no final do século XIX, incentivada por uma política oficial de embranquecimento, de modo que, na concepção deste pesquisador, a elite ou a classe média da época promoveram a dinâmica de absorção dos imigrantes, em especial dos europeus, e a redefinição dos demais, sobretudo dos trabalhadores, por meio de um novo racismo.

Neste artigo, parte-se do pressuposto de que a dicotomia entre os imigrantes italianos e os brasileiros não é um binômio fixo. Portanto, a questão do sujeito histórico se apresenta à reflexão e, dessa forma, envolve tanto os grupos e as instituições assentados quanto aqueles em trânsito no local do conflito, mas abarca também o contexto social,

¹ Inquérito policial-criminal do ano de 1897. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Vitória (ES). Cx. Nº 78, catalogado sob nº 1414.

histórico, cultural, político e econômico, no qual se tece a cena do processo nos níveis macro e micro no espaço físico e geográfico².

No rastro de Sahlins (2006), considera-se que “a escolha de sujeitos históricos depende do modo de mudança histórica”. Com base nesta premissa, analisam-se as relações de conflito vivenciadas por brasileiros, imigrantes italianos e descendentes na vila de Barracão de Petrópolis. Como suporte analítico metodológico, estes autores apropriam-se do inquérito policial-criminal instaurado sobre o evento e das notícias publicadas em dois jornais da época. O argumento utilizado é de que há um conflito na representação do nós e do outro, fundamentado em um contexto de colonização, marcado por disputas identitárias e econômicas na região.

A argumentação sobre a representação do nós e do outro encontra, neste estudo, suporte na análise produzida por Elias e Scotson (2000, p. 7). Estes autores compreendem o nós – o estabelecido – como aquele que pertence a “um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma boa sociedade, mais poderosa e melhor”. Deste modo, esse grupo detém “uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência” (Elias; Scotson, 2000, p. 7). Já o outro – designado como *outsider* – é aquele não membro, o que está fora dessa boa sociedade.

Ao se pensar sobre as relações de poder estabelecidas no Brasil, em especial no Espírito Santo no Dezenove – uma região com pequeno número de moradores, cujo movimento colonizador de exploração de fronteiras internas teve como suporte de política pública a imigração branca europeia –, e sobre a dimensão do outro nas relações entre e intergrupais, é possível identificar alguns fatores que favorecem a construção e o acirramento desse processo discriminatório, e que culminaram nos crimes em análise.

Nesta direção, Seyferth (2002, p. 118) assegura que, no Brasil, a discussão sobre a questão racial está subjacente aos projetos imigrantistas desde 1818, de maneira que a “imigração passou a ser representada como um amplo processo civilizatório e forma mais racional de ocupação das terras devolutas”. Considera-se, assim, que tal asserção é evidência à compreensão de um grupo de imigrantes italianos se autorrepresentar como aqueles que são o nós. Encontra, portanto, referência no “pressuposto da superioridade branca, como argumento justificativo para um modelo de colonização com pequena propriedade familiar baseado na vinda de imigrantes europeus” (Seyferth, 2002, p. 118).

A sequência de crimes em análise fundamenta-se em um contexto de colonização carregado de conflitos identitários, socioeconômicos e políticos. Tais conflagrações são apresentadas no relato publicado sobre a diligência realizada por Joaquim Barbosa dos Santos, major comandante interino (O Estado do Espírito Santo, 1897), ao chegar a Barracão de Petrópolis, no dia 8 de novembro. No relato, o próprio Joaquim Barbosa dos Santos descreve o que aconteceu da seguinte forma:

Tendo sido assassinado em um dos dias do mês de outubro último o mineiro de nome João Rodrigues, compareceram ao seu enterramento, cerca de cinquenta mineiros (mais ou menos) que pediram à autoridade policial do Barracão de Petrópolis, capitão Vivaldi, a punição para o assassino que apontavam ser o italiano Biazze, a fim de não ficar impune tão bárbaro crime, como muitos outros até então praticados. A autoridade policial procedeu ao inquérito, e não coube a culpabilidade à pessoa indicada, ficando desconhecido o autor do referido crime. Dias depois os mineiros que acompanharam o cadáver de João Rodrigues, reunidos, procuram tirar um desforço do crime citado por terem sabido que a referida autoridade dissera: – “que quem matava um brasileiro era mesmo que matar um porco”. E isto fizeram indo à casa do capitão Vivaldi, autoridade policial, ofendendo-o fisicamente e assassinando Vivaldi, pai.

² Situações de conflitos entre brasileiros e italianos, bem como entre brasileiros e outros grupos étnicos, aconteceram em vários locais no interior do Brasil, conforme revelam estudos produzidos por Monsma (2004), Teixeira (2006), Santos (2008) [incluído], Junqueira (2009), Vendrame (2014), Vendrame e Zanini (2014), entre outros.

Depois dirigiram à povoação do Barracão de Petrópolis, que fica a pequena distância da casa do capitão Vivaldi e ali chegando, em tiroteio, foram assassinados os italianos Bortho Vilask, Bepi Sapateiro e os brasileiros, João, vulgo “que não pode” e João Paulo. Em seguida foram ao cartório policial e escola pública, e atearam fogo em todos os papéis do referido cartório, o que deu lugar a um princípio de incêndio, pois ficou o assoalho deste prédio completamente queimado. Também atearam fogo em uma outra casa dando isso lugar a que morressem queimados os brasileiros de nomes Elias e Cassiano de tal, os quais ali haviam refugiado. No tiroteio foram feridos o italiano de nome Joani Frankeane e o mineiro Izidoro da Silva, os quais se achavam em tratamento em Santa Thereza. Sabe-se estarem envolvidos nesses assassinatos, como principais autores, Romão de tal, José Calhau, um tal Sardinha e muitos outros indivíduos (Santos, 1897, p. 2).

Em sua descrição, o major informa que, ao chegar, encontrou Barracão de Petrópolis com todas as casas abandonadas, o comércio saqueado e a edificação que servia de subdelegacia policial e de escola pública com princípio de incêndio. Na perseguição que promoveu contra o grupo responsável pela sequência de crimes, o major percorreu vários povoados: Santa Joanna, Santa Julia, Boa Família, obtendo informações indicando que os assassinos seguiram para o estado de Minas Gerais.

O ESPÍRITO SANTO NO DEZENOVE

O último quartel do século XIX constituiu-se como um período de intensas disputas identitárias, políticas e econômicas no Espírito Santo. O movimento migratório internacional e regional ganhara força a partir de meados dos anos de 1800, provocado, conforme Almada (1984), pela expansão do café. Tal fato sobrevém motivado pela quase duplicação das populações livre e cativa e pelo aumento do fluxo migratório.

Neste sentido, convém lembrar que os imigrantes foram assentados no Espírito Santo, com o propósito de participar de um projeto de colonização cuja forma instituída foi a exploração agrícola baseada na concessão de pequena parcela de terra, de maneira que o sistema de demarcação de terras e de instalação dos estrangeiros

seguia sempre uma mesma diretriz, por meio da constituição de um núcleo na colônia. A partir da sede dos núcleos, eram definidos os caminhos de onde partiam as demarcações dos lotes — normalmente, nos fundos dos vales e às margens dos rios (Saleto, 1996).

Entre os anos de 1847 a 1900, chegaram oficialmente ao Espírito Santo um total de 44.510 imigrantes estrangeiros (Hess; Franco, 2003), sendo maior o número de italianos. De acordo com Rocha (2000), o processo imigratório europeu espírito-santense ocorreu em três fases: 1847 a 1881, 1882 a 1887 e 1888 a 1896. Os imigrantes que chegaram nesse período têm origens diversas: são alemães (hanoverianos), pomeranos, suíços, luxemburgueses, prussianos, holstenianos, hessenianos, austríacos, holandeses, badenses, poloneses, italianos, entre outros.

Somente os imigrantes assentados entre os anos de 1888 a 1896 – em número total de 21.497 e com a maioria absoluta sendo composta por indivíduos vindos de diferentes lugares da península Itálica – vieram em projeto que contava com a iniciativa financeira do próprio governo do Espírito Santo. Nessa época, este estado era ainda comandado por presidentes provinciais deslocados de outras regiões e por curtos períodos de tempo – foram 55 presidentes provinciais entre os anos de 1830 a 1889. Contudo, em geral, a vice-presidência era ocupada por latifundiários locais, assim como os importantes postos administrativos eram ocupados pela elite regional.

Segundo Banck (1977), tal contexto provocava tensões constantes, em razão de conflitos em torno de terras, de escravos e de cargos estratégicos no aparelho administrativo. Parte dessas disputas estava relacionada à alocação de dinheiro público, a decisões acerca da definição de rotas de estradas e de lugares para a construção de pontes. Neste cenário, havia ainda o papel de milícia da Guarda Nacional, responsável pela captura dos escravos fugitivos, e que potencialmente mantinha a oportunidade de se apropriar ilegalmente desses escravos. A ostentação do posto de capitão, carregado da Itália, fazia com que moradores da região aproximassem simbolicamente a

atuação truculenta da Guarda Nacional a Vivaldi, o que constituía, inclusive, um notável indício da importância de poder que assumia a representação do capitão Vivaldi no distrito de Barração de Petrópolis.

Ao se analisar o contexto socioeconômico e político do Espírito Santo, inferem-se a existência e a pactuação do uso de métodos violentos, com vistas ao atendimento dos interesses de uma determinada elite política e econômica. Nesta direção, o Espírito Santo foi um espaço cujos projetos colonizatórios e de expansão latifundiária estavam, ainda, especialmente localizados nas regiões Centro (onde se localizava a comarca de Santa Teresa) e Sul.

O acelerado crescimento da produção cafeeira e a escassez de mão de obra são os dois fatores centrais que resultaram na política de imigração e de colonização do Governo Central (Oliveira, 1951). O processo de expansão da cultura cafeeira realizava-se na região Sul por meio da *plantation* escravista (Almada, 1984), enquanto, no vale do rio Doce e na região Central, dava-se por intermédio de pequenas unidades de produção familiar, sustentadas pelo trabalho dos imigrantes europeus ali estabelecidos. Sobre este período, Campos (2011, p. 9) esclarece:

Apenas o Rio de Janeiro superava a marca de africanidade nas escravarias capixabas, que invertera assim a sua situação, se comparada com o início do século quando se afigurava como terra de poucos africanos. Cachoeiro de Itapemirim, nessa data, possuía 1.255 cativos africanos, mais da metade do contingente da Província. Estima-se que parte desses homens tenha acompanhado seus senhores quando chegaram às terras do sul do Espírito Santo.

Ressalta-se que, em princípio, no Espírito Santo, o imigrante não tinha como destino substituir o escravo nas grandes fazendas. Nesta direção, é esclarecedora a análise de Seyferth (2014), ao advertir que o projeto de povoamento do território patrocinado pelo governo produziu, no Brasil, debates e leis políticas restritivas, mas também ensejou disputas sobre raça, eugenia, ideologias políticas e formação nacional, cujas bases eram as ideias de assimilação e caldeamento.

O assentamento de imigrantes ocorreu em um período no qual a produção de café ganhava destaque e se iniciava a construção da infraestrutura viária, a despeito da inexistência de um plano organizado para seu desenvolvimento. A expansão da cafeicultura propiciou as mudanças socioeconômica e demográfica do Espírito Santo. Em consonância com o período, grande número de proprietários mineiros e fluminenses se deslocou para terras localizadas ao Sul, em Cachoeiro de Itapemirim, Alegre e Veado (atual Guaçuí).

Tal movimento povoou os sertões desabitados do sul do Espírito Santo. Todavia, Banck (1978) ressalta que estas mudanças não modificaram o fato de o Espírito Santo permanecer esquecido e sem qualquer peso político nacional. Nesse período, o único capixaba que conseguiu alguma projeção nacional foi o barão de Itapemirim, “uma exceção que se deveu mais à sua riqueza do que ao seu lastro político” (Banck, 1978, p. 65-84).

Essa ausência de representação nos meandros do poder nacional, assim como os movimentos políticos internos de adesão e traições de determinados grupos, trouxe consequências de várias dimensões para o Espírito Santo, considerando-se a transição política entre o Império e a República, marcada pelo divisionismo. Os fazendeiros do Sul encontravam-se ligados cultural e economicamente ao Rio de Janeiro, e a elite urbana de Vitória, isolada economicamente dos dinâmicos distritos do Sul, mantinha-se como centro das decisões políticas, explorando a sua situação geográfica costeira, localizada na linha divisória entre Sul e Norte, e seu porto natural.

Para Zorzal e Silva (1995), esse foi um dos fatores que influenciou no modelo do projeto de colonização da imigração na região Centro-Norte. Acreditava-se que, permanecendo o movimento de desenvolvimento cafeeiro do Sul do Espírito Santo, a tendência era de a capital ser reduzida a funções burocrático-administrativas. Neste sentido, havia a percepção da necessidade de ocupar, de forma apressada, e de incrementar atividades produtivas nas regiões Centro-Norte.

De acordo com Almada (1993), o Censo Demográfico registrava, em 1890, 136.997 habitantes no Espírito Santo; em 1900, 200.783; em 1910, 457.326; em 1940, 750.107; e em 1950, 841.562 – Santa Teresa, na região Central do estado, teve um aumento populacional entre 1900 e 1920 de 4,5%. Contudo, a este processo se agregava outro, que, por ser simbólico, atuava no imaginário dos imigrantes e descendentes assentados: o objetivo subjacente discriminatório racial de “embranquecimento da raça”, que instituiu o projeto imigratório brasileiro.

Em tal contexto encontrava-se situado o distrito de Barracão de Petrópolis, mesmo que perifericamente. No local, racismo e disputas políticas e econômicas estavam em jogo, não somente entre os personagens centrais no inquérito em tela, mas também entre diferentes grupos de imigrantes estrangeiros. Nas povoações próximas, encontravam-se assentados, entre outros, alemães, suíços e poloneses ou polacos – como os imigrantes provenientes da Polônia eram pejorativamente chamados pela população à época.

Complementava tal contextura o isolamento em relação à capital, Vitória, no qual os moradores da localidade estavam inseridos. Ou seja, apesar da curta distância geográfica de 78 quilômetros entre a capital e Santa Teresa, dada a precariedade das estradas na época, a população interiorana não se encontrava tão próxima física e simbolicamente do centro das decisões políticas e econômicas, para que pudesse influenciar, mas também não tão distante, para que não fosse afetada pelas deliberações que repercutiam no seu cotidiano.

É no interno daquele espaço que os diferentes grupos lutavam também para que suas identidades se consubstanciassem e se diferenciasssem entre si, possibilitando que brasileiros e imigrantes se distinguissem por aquilo que não eram (Woodward, 2000). Além disso, faz-se necessário ressaltar que essas disputas identitárias comportavam outro conjunto de contendidas – situadas nos campos político e econômico, por exemplo. Entretanto, ao atuar simbolicamente no campo imaginário,

classificavam-se as relações sociais estabelecidas no interior daqueles grupos, ensejando uma representação que agia no sentido de distinguir entre quem era o nós e quem era o outro.

Sobressaía, nessa relação, o contínuo processo de negociação de trocas de oferta e de recebimento do imigrante com ele próprio e com outros grupos imigratórios e de brasileiros. Isto porque, à medida que avançava na interação com os estabelecidos no lugar onde ele estava assentado, o imigrante aprendia novos hábitos e valores, mas também ensinava. Deste modo, ao mesmo tempo em que os imigrantes se diferenciavam dos brasileiros, por serem ‘de fora’, também se uniam aos nativos em ocasiões específicas, conforme ditavam suas necessidades – e, devido a algumas características em comum, passavam a ser vistos como um grupo.

No caso em pauta, os diferentes grupos de imigrantes e brasileiros assentados compunham o grupo dos membros da comunidade do distrito de Barracão de Petrópolis, localizada no interior da comarca de Santa Teresa. Desta forma, os locais integravam um grupo heterogêneo, cujas diferenças podem ser justificadas com base na ilusão de uma cultura semelhante, inerente a cada subgrupo, que, por sua vez, se obtinha ao se avaliarem os traços culturais específicos – aqueles próprios da cultura de uma etnia – e, simultaneamente, utilizados para contraste entre as identidades (Barth, 1998).

Os indícios dessas representações identitárias apresentam-se como resultados históricos concretos, tanto nas concepções duradouras quanto nas percepções fugazes. Porém, o que significa, em termos da representação social, constituída no cotidiano, o sentido de discriminação racial? Para Berger e Luckmann (2002), os conceitos de realidade e de conhecimento correspondem a nexos sociais específicos, que são essenciais para a afirmativa que apresenta o real como resultado de um processo de construção social.

Na perspectiva de Junqueira (2005), cabe às representações articular tanto o sentido da vida coletiva de uma sociedade como o processo de constituição

simbólica, nos quais os sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, para entendê-lo e nele encontrar o seu lugar, por meio de uma identidade social e individual. Nesta acepção, as representações estão radicadas na arena pública e nos processos por meio dos quais desenvolvemos uma identidade, e se vinculam à transformação do padrão da ordem social a envolver desde aspectos socioculturais, econômicos e políticos aos geográficos e jurídicos.

BARRAÇÃO DE PETRÓPOLIS

Busatto (1990) assevera que o assento de imigrantes europeus na região de Santa Teresa tem início a partir de 1874, com a fixação de imigrantes italianos procedentes do núcleo colonial Conde D'Eu (atual Ibirapu). Posteriormente, a Inspeção Especial de Terras e Colonização, responsável pela distribuição dos lotes coloniais, assentou novas levas de imigrantes no local.

A maioria dos imigrantes ali instalados estava imersa em uma estrutura cujo padrão de produção socioeconômica era a pequena propriedade familiar resultante do modelo de distribuição dos lotes coloniais. Era um padrão ordenador das atividades produtivas em cuja malha a cultura do café organizava-se, principalmente por meio da ação familiar (Scalzer, 2015). Para as atividades de sociabilidade e lazer, os homens, membros das comunidades, usufruíam de seu tempo livre em jogos de baralho, em especial *tre-sette*, *briscola*, *scopa*, *trucco*; na *bocce*, ou jogo de bola de pau – jogos trazidos pelos imigrantes italianos – em bares que vendiam vinho e *grappa*³ (Biasutti; Loss, 1999). Nesse contexto, é importante ressaltar o papel especial da religião, que mediava o ordenamento do cotidiano dos sujeitos ali residentes.

As pequenas comunidades se estendiam ao longo do vale do Canaã⁴ – Tabocas, Córrego dos Espanhóis, Vale do

Tonini, Santo Anselmo, Vinte e Cinco de Julho, Caldeirão, Várzea Alegre, São Paulo do Perdido, Nova Valsugana. Famílias de imigrantes vindos de Tirol, Alemanha, Suíça, Itália, entre outros lugares, constituíam os grupos de moradores. Coabitavam com os brasileiros, cujas vidas produtivas se organizavam por meio de atividades diversas, seja como trabalhadores rurais, tropeiros, jagunços, comerciantes ou proprietários de glebas de terras.

Com esta acentuada diversidade configurando e ordenando a região de Santa Teresa, os conflitos sociais, políticos e econômicos interpenetravam as relações de poder ali estabelecidas. Nesse sentido, recorre-se a Elias e Scotson (2000), quando apontam o significado de um grupo se afirmar como o estabelecido para se analisar os crimes acontecidos em Barracão de Petrópolis. Também se evoca Sahlin (2006, p. 13), quando assinala a importância de se compreender uma mudança estrutural, um fato ou um personagem como evento histórico, descobrindo, ao perseguir de frente para trás a trilha dos acontecimentos, “os pontos de inflexão e os agentes da nossa história”.

Nesta direção, analisada a sequência de crimes e os dois principais personagens envolvidos nos episódios da noite de 2 de novembro de 1897, o imigrante italiano capitão Vivaldi e o brasileiro José Calhau inserem-se, então, como fatos e indivíduos em um contexto histórico, socioeconômico, cultural e político. Imersos em uma estrutura de disputa colonizatória geográfica e simbólica do espaço, tais elementos materializavam o sentido dos conflitos de poder instituídos em um país em transição política, econômica e demográfica, em pleno momento da República nascente.

Essas transformações encontravam ressonância no cotidiano do colono imigrante e do trabalhador brasileiro no interior do Espírito Santo. Era um período, como

³ A *grappa* resulta da destilação do bagaço fermentado da uva, chamado de *vinaccia*, originalmente destinada ao aproveitamento do álcool residual após a elaboração do vinho. A matéria-prima, portanto, é a sobra da fermentação constituída de cascas, polpas e sementes remanescentes da prensagem das uvas.

⁴ O vale do Canaã percorre o sentido do município de Santa Teresa a Colatina, passando por São Roque do Canaã. O vale foi um dos locais onde se ambientou o romance “Canaã”, de Graça Aranha, escrito em 1902.

esclarece Schwarcz (1993), no qual já se havia configurado como processo o distanciamento do mundo rural, no qual as classes dominantes urbanas já haviam conquistado mais poder. Época, portanto, em que as disputas ganhavam novos contornos e renovado elenco de atores.

Ressalta-se que os dois personagens experimentavam diferentes contextos e estruturas de vida. O capitão Luiz Vivaldi era um imigrante, proprietário de gleba de terra, e tinha o apoio político e institucional da elite social e econômica da região. José Calhau era um brasileiro, mestiço, tropeiro, cujas relações com os moradores do lugar eram mediadas, principalmente em suas passagens transitórias, por meio do comércio e da venda de mercadorias. Nessa contextura, como um único homem – comandando um pequeno grupo de jagunços – que não vivia seu cotidiano em Barracão de Petrópolis surpreendeu e venceu o poderoso capitão Vivaldi?

A NOITE DA VINGANÇA

Segundo consta no inquérito instaurado e nas matérias publicadas sobre a virada da noite de 2 para 3 de novembro de 1897, José Calhau e seus homens atacaram Barracão de Petrópolis, ateando fogo a várias residências, inclusive na casa do capitão Vivaldi e no cartório de registro – fato simbólico, pois representa o local de guarda oficial da documentação da população. Findo o ataque, o grupo comandado por José Calhau teria retornado para seus lugares de origem, e não se teve informações sobre prisão de nenhum dos participantes da sequência de crimes.

Assim, quais fatos e personagens participaram da sequência de crimes que resultaram na morte à foice e à bala de 11 homens e em incêndios em Barracão de Petrópolis? (Müller, 1925). De acordo com os relatos descritos no inquérito policial-criminal instaurado e nas narrativas publicadas nos jornais, o evento ganhou grande repercussão. No relato introdutório do inquérito produzido, fica esclarecido que tão logo o governo

tomou conhecimento dos fatos ocorridos em Barracão de Petrópolis, o tenente Bueno, juntamente com mais oito praças e 12 voluntários, foi deslocado para o local.

Contudo, como o número dos componentes do grupo de Calhau era superior ao contingente policial deslocado, prontamente foi enviado o major Joaquim Barbosa dos Santos. Ele partiu da capital Vitória para Barracão de Petrópolis em 6 de novembro, acompanhado de 27 homens: um oficial, um inferior e 25 praças. Seu objetivo era capturar os criminosos e abrir o inquérito policial-criminal.

No inquérito, o escrivão descreve que, quando o major chegou ao local, “os bandidos já haviam partido” e atenta para o fato de que “os boatos que corriam sobre a morte do nosso correligionário Sr. Vivaldi eram falsos”⁵. De maneira sintomática, o escrivão enquadra o capitão Vivaldi na categoria de correligionário e o grupo de Calhau, na categoria de bandidos, expressando os indícios das tensões que teciam as interações sociais na sociedade à época e que nos dão pistas sobre como, possivelmente, o inquérito seria conduzido.

Pode-se inferir, neste sentido, que considerar Vivaldi como um igual é fato que, possivelmente, está relacionado à sua história pregressa como capitão no exército italiano – e não importa porque renunciou a esta patente para (e) imigrar para o Brasil –, a ser alguém que tinha posses ou à óbvia constatação de ser branco. Neste caso, a ilusão da semelhança se apresentava na possibilidade da identidade profissional, financeira e racial, de modo que o fato de ser um imigrante não o diferenciava – não neste momento.

Outro indício sobre as tensões existentes nas relações e interações sociais estabelecidas entre os moradores de Barracão de Petrópolis é que no inquérito o local é compreendido como “lugar de conflito” no momento em que a sequência de crimes acontece. E novamente permite que se produza uma disjunção analítica entre o ‘nós’, o branco, o produtor, a vítima do conflito, e o ‘outro’, o bandido, o mestiço, o preto, o mineiro, o criminoso.

⁵ Inquérito policial-criminal, do ano de 1897. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Vitória (ES). Cx. N° 78, catalogado sob n° 1414.

Entrementes, para as cinco testemunhas intimadas a comparecer na Secretaria de Polícia do Estado do Espírito Santo com o fim de depor sobre o acontecimento, o delegado de polícia pergunta se elas atribuem ao crime um caráter de rivalidade entre nacionais e estrangeiros. E é a partir desta questão que se retoma o possível ponto no qual se desdobram os acontecimentos que resultaram no evento final. Antonio de Araujo Aguirre, engenheiro, de 36 anos, testemunha e residente em Barracão, assegura em seu depoimento que:

segundo consta, os fatos criminosos que tiveram lugar no Barracão de Petrópolis tiveram a sua origem do seguinte: tendo sido assassinado em dias do mês de outubro próximo passado naquele lugar um tal João Rodrigues, os amigos do morto, reunidos para o enterro, afrontaram o assassino e pediram a sua punição. O Subdelegado de Polícia daquele distrito, depois de ter feito o corpo de delito e o respectivo inquérito, não encontrou nele o verdadeiro culpado. Segundo sabe, ele depoente, por ouvir dizer, foi o motivo que deu origem à desordem⁶.

Ao ser arguido pelo delegado Henrique Cancio Ribeiro, que considerava que os acontecimentos poderiam estar relacionados a rivalidades entre os imigrantes e os brasileiros, Antonio de Araujo Aguirre afiança que não. E acrescenta supor que possivelmente havia um chefe a guiar os homens no ordenamento do crime. Aqui cabe uma pergunta: por que Aguirre traz outra pessoa, um chefe, a comandar a ação? Ele enveredava por julgar que os homens que constituíam o grupo não teriam capacidade de pensar e de realizar tal sequência de crimes por conta própria ou pretendia apontar a possibilidade de coexistência de outras questões não reveladas claramente?

Neste sentido, é interessante observar que tanto a negação do conflito racial quanto a arquitetura intelectual destes crimes aparecem também assinaladas como uma ação premeditada por outra pessoa nos depoimentos de Frittole Silvestre, autodenominado negociante e

lavrador, de 36 anos, e na de João Pagani, de 30 anos, negociante. Ambos, italianos. Contudo, como não foram encontrados novos documentos que possibilitassem análise complementar dos acontecimentos, estas questões são apontadas neste artigo, mas não são aprofundadas.

Dois outros depoimentos lançam diverso olhar a estes fatos, remetendo o crime a questões ocorridas no passado entre os moradores do Barracão de Petrópolis e os trabalhadores mineiros que por ali transitavam. O testemunho de Antonio Tirone, italiano, de 33 anos, professor de ensino público, vai nesta direção. Ele considera que os problemas tenham se iniciado em 1885, por ocasião de uma festa religiosa, quando o capitão Vivaldi, subdelegado de polícia em exercício de Barracão, foi informado de que José Calhau, Missias e outros dois brasileiros pretendiam provocar problemas no lugar e de que, nas eleições federais, o local também foi ameaçado de invasão e de violência pelo mesmo grupo.

Nada obstante, Tirone complementa em seu depoimento acreditar que provavelmente os crimes foram provocados pelo assassinato do mineiro João Rodrigues, possivelmente por um italiano. Esse assassinato, motivado por conflitos entre nacionais e estrangeiros, como questionado pelo delegado, é também ponto de vista compartilhado por outra testemunha, o advogado pernambucano Julio de Mello, de 27 anos:

[...] que a causa dos lamentáveis fatos que tanto impressionaram a população deste Estado, e tão mal ressoaram lá fora, foram todos locais, provenientes de um fato anterior, como causa imediata a morte de um mineiro de nome João Rodrigues, a qual não foi averiguada e punida pela autoridade local. [...] Disse ainda que o capitão Luiz Vivaldi foi até poucos dias antes dos fatos criminosos no Barracão de Petrópolis, Subdelegado de Polícia. Disse mais que acha injusta e irracional a pretensão de ver-se nestes fatos uma perseguição qualquer por espírito de nacionalidade aos italianos⁷.

⁶ Inquérito policial-criminal (1897, p. 13). Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Vitória (ES). Cx. N° 78, catalogado sob n° 1414.

⁷ Inquérito policial-criminal (1897, p. 14). Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Vitória (ES). Cx. N° 78, catalogado sob n° 1414.

Também no inquérito é reveladora a intencionalidade de todas as testemunhas em assegurar que o capitão Vivaldi era um eleitor e estimado. Tal sentimento fica exposto com clareza na resposta à pergunta feita pelo delegado Henrique Cancio Ribeiro a Antonio de Araujo Aguirre acerca da naturalidade de Vivaldi⁸. Aguirre responde que Vivaldi é brasileiro – mas que sabia que ele havia chegado ao Brasil com 11 anos – e que é um eleitor muito estimado na comarca de Santa Teresa.

Neste sentido, ao analisarmos os testemunhos, verificamos que Vivaldi combinava várias categorias valorativas na sociedade local. Havia sido subdelegado, era italiano – um grupo de imigrantes que era desejado pela população, seja pelo simbólico que representava de ‘embranquecimento da raça’, tal como se propunha o projeto migratório do período –, bem como se apresentava como alguém passível de proteger a população local. Mesmo que, a este, na ideia de proteger estivesse subentendido o uso da força e da violência física e simbólica.

Com relação às testemunhas do inquérito, é importante analisar quem elas são e quais são as relações estabelecidas no interior do distrito de Barracão de Petrópolis. Principia-se pelas profissões das cinco testemunhas: engenheiro, negociante, professor, lavrador e advogado. Indício que nos oferece a possibilidade de pressupor que todos os depoentes compartilhavam minimamente um ambiente de proximidade e de trocas comerciais e sociais com Vivaldi. São assim participantes naturais e incluídos nas atividades do cotidiano em um pequeno distrito do interior. Também afeta este sentido de compartilhamento o sentimento de proteção mútua, até por estarem situados em uma comunidade mais isolada da capital. Desta forma, um capitão, que foi subdelegado, é uma personagem com grande poder simbólico, sendo importante para se preservar ou para se tomar como aliado.

Tal perspectiva pode ser conferida em notícia no *Jornal Commercio do Espírito Santo*. Ao relatar os acontecimentos

ocorridos em Santa Teresa, em matéria intitulada “Assassinato, roubo e incêndio” (*Assassinato...*, 1897, p. 2), publicada em 6 de novembro de 1897, o periódico sustenta ser a falta de segurança um problema vivenciado tanto por moradores residentes no interior quanto na capital.

Nesta perspectiva, é necessário também pensar os conflitos simbólicos e físicos instituídos dentro da lógica da discriminação que permeava as interações sociais no interior das colônias do Espírito Santo. As consequências reais desses processos muitas vezes eram levadas a trágicos acontecimentos, como os crimes cometidos por José Calhau e seu grupo. Além disso, tais decorrências promoviam a disseminação de um sentimento de intimidação no ambiente, tal como se anunciava em Barracão de Petrópolis.

Desse modo, a violência tanto poderia coibir a mobilidade como provocar a autonomia e a ousadia dos diferentes sujeitos – o que, no caso, ocorre com José Calhau e seu grupo de homens. Eles se insurgiram e demonstraram aos diferentes atores que viviam no lugar sua condição de insubordinados às determinações racistas do capitão Vivaldi e dos demais moradores que pensavam da mesma forma, mas que, pelos depoimentos, não se revelavam tão abertamente.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Ao se assumir como propósito deste trabalho, a análise da sequência de crimes do distrito de Barracão de Petrópolis na perspectiva dos sujeitos históricos, tomou-se como pressuposto que havia um conflito na representação do nós – os italianos, ou até alargando este olhar a partir do depoimento do advogado pernambucano, os donos de alguma posse – e do outro – os brasileiros trabalhadores despossuídos de bens físicos. Nesta direção, este artigo fundamentou-se em uma perspectiva segundo a qual o Espírito Santo é tomado como palco de um contexto de colonização em disputas identitárias e simbólicas.

⁸ O delegado pergunta se a testemunha sabia que Vivaldi era estrangeiro.

A análise da sequência de crimes no inquérito instaurado, as notícias publicadas e as pesquisas posteriores tornam patente como italianos, alemães, brasileiros, entre outros grupos assentados no lugar, são protagonistas em um ambiente conflagrado por conflitos diversos. Tais protagonistas vivenciaram um momento de tensão provocada por transformações exógenas ao microambiente, com alentada reverberação no ambiente interno da comunidade onde residiam, e duradouramente inscritas nas tensões sociopolíticas e econômicas do porvir.

Por outro lado, concebem suas representações, afirmando a imagem de um nós e de um outro fundamentada em um contexto de 'colonização' do espaço no qual a discriminação e a exclusão social promovidas por um ideário racista e escravocrata privilegiaram imigrantes europeus em detrimento de brasileiros – promovendo, assim, uma inversão de quem é um estabelecido e de quem é o *outsider*, fazendo com que tais atores se orientassem por uma percepção de poder na qual o racismo se estabeleceu na tessitura das relações sociais.

Assim, capitão Luiz Vivaldi e José Calhau configuraram o epicentro do conflito. Mas, em torno destes dois personagens, correlacionavam-se outras histórias e conflitos, bem como orbitavam inúmeros outros sujeitos em disputa em um período de extremas tensões, mediadas por questões políticas, sociais e econômicas. Era uma época em que se esgotava um modelo de governo, em que a escravidão mal havia chegado ao fim, em que nascia a República – e na qual o assentamento de milhares de imigrantes no Brasil e no Espírito Santo provocava transformações.

Configurou-se também como um período no qual um trabalhador se assegurou de dizer a um capitão branco que seu racismo e suas intimidações não ficariam sem respostas. Foi sangrenta a reação dada por José Calhau e seu grupo à decisão de não se determinar a autoria de culpabilidade da morte de João Rodrigues, mas foi também um revide promovido, muito possivelmente,

com o apoio de muitos outros sujeitos, na tentativa de se apoderar de um espaço em construção.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES).

REFERÊNCIAS

ALMADA, V. P. F. **Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo**. Vitória: SPDC/UFES, 1993.

ALMADA, V. P. F. **Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1888)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

ASSASSINATO, roubo e incêndio. **Jornal Commercio do Espírito Santo**, Vitória, p. 2, 6 nov. 1897.

BANCK, Geert. Estratégias de sobrevivência em duas comunidades ítalo-capixabas. In: BANCK, Geert. **Estudos em homenagem a Ceciliano Abel de Almeida**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1978. p. 65-84.

BANCK, Geert. **Caçar com gato: escassez de recursos e relações sociais no Espírito Santo**. 1977. 198 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Amsterdam, Amsterdam, 2011. Traduzido do original holandês por Karel van den Bergen.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENARD, Jocelyne (Ed.). **Teorias da etnicidade: seguimento de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 187-227.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BIASUTTI, Luiz Carlos; LOSS, Arlindo. **São Roque do Canaã: uma história de fé, trabalho e vitórias**. Belo Horizonte: O Lutador, 1999.

BUSATTO, Luiz. **Dilemas do imigrante italiano no Espírito Santo: a presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Est Editora, 1990. v. II.

CAMPOS, Adriana Pereira. Nascidos em cativeiro: dinâmica de reprodução endógena nas escravarias do Espírito Santo – século XIX. In: ENCONTRO DE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE DO BRASIL MERIDIONAL, 5., 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. p. 1-17.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2012.



- HESS, Regina; FRANCO, Sebastião P. **A república e o Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003.
- JUNQUEIRA, L. A noção de representação na sociologia contemporânea. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n. 18-19, p. 145-161, 2005.
- JUNQUEIRA, Marili Peres. Questões italianas: uma esquecida relação diplomática no final do século XIX. **Outros Tempos**, v. 6, n. 7, p. 33-52, 2009.
- MONSMA, Karl. Conflito simbólico e violência interétnica: europeus e negros no Oeste Paulista, 1888-1914. **História em Revista**, Pelotas, v. 10, p. 95-115, dez. 2004.
- MÜLLER, Frederico. **Fundação e fatos históricos de Santa Teresa**: Estado do Espírito Santo. Vitória: Diário da Manhã Marcondes & c., 1925.
- OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Estado de Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1951.
- ROCHA, G. **Imigração estrangeira no Espírito Santo 1847-1896**. Vitória: [s. n.], 2000.
- SAHLINS, M. **História e cultura**: apologias a Tucídides. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SALETO, Nara. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 1996.
- SANTOS, Joaquim Barbosa dos. Barracão de Petrópolis. **Estado do Espírito Santo**, Espírito Santo, p. 2, 18 nov. 1897.
- SANTOS, Miriam de Oliveira. Alteridades em conflito: imigrantes italianos, alemães, portugueses e a população brasileira na serra gaúcha. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro. **Anais eletrônicos...** Porto Seguro: [s.n.], 2008. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2001/miriam%20de%20oliveira%20santos.pdf>. Acesso em: 10 out... 2016.
- SCALZER, Simone Zamprogno. **O núcleo Timbuy/Santa Teresa (ES) entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEYFERTH, Giralda. O Estado brasileiro e a imigração. In: SANTOS, M. O.; PETRUS, R.; PÓVOA NETO, H.; GOMES, C. (Org.). **Caminhos da migração: memória, integração e conflitos**. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2014. p. 109-134.
- SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-149, mar.-maio 2002.
- TEIXEIRA, Rosane Siqueira. Italianos em casos de conflitos e tensões nas fazendas de café da comarca de Araraquara, 1890-1914. **Cadernos CERU**, n. 17, p. 93-123, jan. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/11819>>. Acesso em: 8 out. 2015.
- VENDRAME, Maíra Ines; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Imigrantes italianos no Brasil meridional: práticas sociais e culturais na conformação das comunidades coloniais. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 40, n. 1, p. 128-149, jan.-jun. 2014.
- WOODWARD, Kath. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: WOODWARD, Kath (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.
- ZORZAL E SILVA, Marta. **Espírito Santo: estado, interesses e poder**. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.